



Língua(gem) e gênero neutro: uma perspectiva discursiva no português brasileiro

Neutral language and gender: a discursive perspective on brazilian portuguese

Jonathan Ribeiro Farias de Moura*
FIOCRUZ-EPSJV

Resumo: *O presente trabalho aborda o uso e a tentativa de implementação do gênero neutro na língua(gem) do português brasileiro e uma parte do histórico de tentativas que já se buscou para implementar uma língua(gem) que fosse mais inclusiva, do ponto de vista do gênero, com o -@; -X e o -E. Analisaremos esses gestos discursivos e como eles operam na língua. Como aporte teórico, nos filiamos à escola Materialista de Discurso, cujo expoente maior é Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil. Ao fim, podemos concluir que os gestos de tentativa dos sujeitos de quererem uma língua portuguesa brasileira menos gentrificada, ou menos binária, têm um efeito político de significar sujeitos que se sentem excluídos da linguagem, no entanto, como a língua é um sistema fechado, precisa de ser atravessada por uma historicidade para fazer sentido e entrar no curso da língua(gem).*

Palavras-chave: *Língua(gem) neutra, Discurso, Português brasileiro.*

Abstract: *This paper addresses the use and attempt to implement gender neutrality in the language of Brazilian Portuguese and the history of attempts that have been sought to implement a language that is more that is more inclusive, from the point of view of gender, like -*

@; -X; and -E. We will analyze these discursive gestures and how they operate in the language. As a theoretical contribution, we joined the Materialist School of Discourse, whose greatest exponent is Michel Pêcheux, at France, and Eni Orlandi, at Brazil. In the end, we can conclude that the subjects' attempts to want a less gentrified, or less binary Brazilian Portuguese language, has a political effect of signifying in language, however, as the language is closed system, it needs to be crossed by a historicity to make sense and enter the language course.

Keywords: *Neutral language, Discourse, Brazilian portuguese.*

1. Introdução: para não dizer que não falei de flores

O movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais e o + simboliza qualquer gênero que não esteja contemplado nessas letras) vem ao longo do tempo numa luta e numa resistência para as conquistas dos direitos sociais – como o casamento entre pessoas do mesmo gênero, como ter o direito ao nome social no documento, como vestir-se de acordo com o gênero que se identifica, como o direito a doar sangue, etc. Muitos desses direitos foram conquistados, pelo menos no Brasil, entretanto, uma parcela desse grupo reivindica a questão da língua/linguagem (doravante língua[gem]) para designá-los e, dessa maneira, as discussões vêm sendo bastante polêmicas para a implementação, uma vez que seriam inseridas novas categorias (como pronomes, morfemas) que não fazem parte da língua portuguesa brasileira.

Importante organizar e explicar sobre as letras e as nomenclaturas que estão inseridas dentro do movimento LGBTQIA+ para que haja uma compreensão maior e para, também, entender a complexidade que questão da língua(gem) não binária coloca.

Primeiro devemos explicar o que é cisgênero e transgênero. O primeiro é o indivíduo que nasce em um determinado sexo e que seu gênero (sua aparência, seu comportamento, suas roupas) coaduna com tal sexo, numa leitura social e cultural. Então um homem (com traços biológicos de homem, com órgão sexual masculino) que performa seu

gênero como homem é lido socialmente como cisgênero. Já o transgênero é o indivíduo que que nasce com um sexo biológico, mas perfoma o gênero de uma outra forma, para exemplificar, um homem (com traços biológicos de homem, com órgão sexual masculino) que performa seu gênero como mulher socialmente¹.

Essa nomenclatura não tem nada a ver com sexualidade, cuja divisão pode ser em: heterossexuais (pessoas que se interessam pelo gênero oposto ao seu, no entanto marcado pela binaridade homem/mulher-macho/fêmea); homossexuais (pessoas que se interessam pelo mesmo gênero que o seu, mas também marcado pela binaridade homem/mulher-macho/fêmea); os bissexuais (pessoas que se interessam pelos dois gêneros, porém marcado pela binaridade homem/mulher-macho/fêmea) e os pansexuais (pessoas que se interessam por outra pessoa independe de gênero, inclusive os que fogem da binaridade).

Já a transgeneridade são pessoas que performam sua identidade de gênero tais como: os transgêneros (pessoas que se identificam com uma identidade de gênero diferente do seu sexo biológico), as travestis (pessoas que nasceram com a genitália masculina, mas se identificam como mulheres) queers (pessoas que performam seu gênero e fogem da cisnormatividade² e da heterossexualidade compulsória). Ainda nesta categoria tem: Agêneros (pessoas que não se identificam com a marcação de gênero); Gêneros Fluídos (pessoas que transitam entre os gêneros) que podem se associar aos queers. É uma questão de identificação.

O objetivo deste artigo é analisar a tentativa de implementação do gênero neutro na língua(gem) do português brasileiro e apontar uma parte do histórico de tentativas que já se buscou para implementar uma língua(gem) que fosse mais inclusiva, do ponto de vista do gênero, com o -@; -X e o -E. Analisaremos esses gestos discursivos e como eles operam na língua sem perder de vista o político e o ideológico.

2. Gêneros masculino, feminino e ... neutro? Português Brasileiro é uma língua machista?

Para começar a refletir sobre a questão da língua(gem) neutra no Português Brasileiro (doravante PB), vou introduzir a reflexão sobre o gênero gramatical e gênero social. Segundo o linguista Câmara Júnior

“A flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português” (CÂMARA JÚNIOR, 2007, p.88) e essa confusão ocorre por dois fatores: a primeira pela associação de gênero estar intimamente ligada ao sexo dos seres e a segunda por não ter feito a distinção imprescindível entre flexão de gênero e alguns processos lexicais ou sintáticos para indicar sexo. Assim:

Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não-derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. (CÂMARA JÚNIOR, 2007, p.89).

O linguista está explicando o que ocorre em palavras como imperador e imperatriz em que os sufixos –dor e –triz não são de flexão, mas sim sufixos derivacionais. E as duas palavras estabelecem uma ligação semântica, pela diferença entre substantivos, privativamente, masculinos e substantivos, privativamente, femininos. E isso vai levar ao problema primeiro que é confundir gênero com sexo fazendo com que a questão se retroalimente. O gênero social, por sua vez, é uma construção, segundo a filósofa Butler:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito de gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-

lo como uma temporalidade social constituída.
(BUTLER, [1990] 2015, p. 242).

Assim, há uma relação que tem uma funcionalidade no gênero gramatical e uma funcionalidade no gênero social. As confusões as quais Câmara Júnior se refere, de um modo, vão ao encontro do que uma parcela do movimento LGBTQIA+ reivindica na língua, uma vez que há uma confusão entre gênero e sexo. Todavia, essa marcação do neutro é possível em PB?

No senso comum, o PB é chamado de língua machista, e o que isso significa? Para a Análise de Discurso os sentidos não estão na língua e nem nos sujeitos, mas sim são constituídos na posição-sujeito, como coloca Orlandi (2017):

Os sujeitos, individuados, inscrevem-se em algumas, e não outras formações discursivas, identificando-se assim com certos sentidos, determinados pela relação com a ideologia, que resultam em determinadas posições-sujeito. (ORLANDI, 2017, p. 207).

O machismo, dessa maneira, vaza na língua e nas práticas discursivas, porém não podemos analisar de maneira anacrônica o curso da língua e tampouco analisar com a mesma ótica das reflexões atuais o curso da historicidade língua e selar como se a culpa do machismo estivesse apenas na língua. Esse discurso da “língua machista” ocorre porque há uma predileção da língua em colocar os nomes no masculino, por exemplo, em um grupo com homens e mulheres, mesmo as mulheres sendo maioria, opta-se pelo uso do masculino, tal como: “todos”, “aqueles”, “eles” são termos para agrupar tanto homens, sem mulheres, quanto homens com mulheres. No entanto, já há manuais como o “Manual para o uso não sexista da linguagem” elaborado pelo governo do Rio Grande do Sul, no ano de 2014, em que se coloca o cuidado de usar os termos “todos e todas” para não haver a exclusão de gênero num grupo com homens e mulheres (ZOPPI-FONTANA, 2017).

Porém, o que uma parte do movimento LGBTQIA+ está reivindicando não está contemplado nessas paráfrases sintáticas ao favorecer os gêneros masculino e feminino. Uma vez que há muitos sujeitos que

estão dentro de tal movimento e que não se sentem contemplados pelas formas masculinas e femininas, então, reivindicam pelo gênero neutro.

2.2 As marcas -@; -X e -E

Um movimento que começou a ser feito para a inclusão do neutro foi o uso do -@; -X e o -E. Vamos perceber que os 3 são falhos, mas este último dá um direcionamento para onde essa língua(gem) deve enveredar.

Observando o uso do -@, temos como manifestação em PB de: *menin@*, *garot@*, *senhor@*, *professor@*, *tod@*, etc. O primeiro problema que esse tipo de formulação deu é em relação à questão de uma inclusão que exclui, ou seja, embora a tentativa de inclusão seja boa, uma outra parcela de sujeitos na sociedade é excluída, como o caso de pessoas cegas, cuja necessidade de leitura é atravessada por programas de computador que leem o que está em tela para elas. Ao passar pelo @ adjungido à palavra, os programas não leem da maneira adequada uma vez que não há uma representação fonológica para o @.

Segundo o site Observador³, o @ não nasceu na era digital, ainda que por esses tempos tenha se popularizado. Na Idade Média, o símbolo @ foi inventado pelos copistas para substituir o termo latino “ad” (que significa para). Com o surgimento da imprensa, o @ foi muito utilizado para mostrar quantidade e o preço das mercadorias. Em árabe, *ar-ruba* significa um quarto, unidade de medida para peso que se popularizou em alguns países da Europa, chegando ao Brasil também. Na fase digital, Ray Tomlinson, em 1971, utilizou esse símbolo para fazer os programadores de computador se conectarem.

Esgarçando o nível de interpretação, o @ é um símbolo um tanto interessante, porque é uma letra –a envolvida. Se pensarmos na questão de gênero, o –a, que morfologicamente representa o feminino no PB, está envolvido com uma circunscrição que poderíamos interpretar como a letra –o, marca morfológica, geralmente, associada ao gênero masculino. É claro que nessa interpretação não está baseado na historicidade do @, mesmo porque, como apresentado acima, esse símbolo faz um outro percurso que nada tem a ver com gênero, mas ao ser uma possibilidade de distinção de gênero, apresenta, graficamente, a binaridade de gênero com o –a e o –o, demonstrando, ainda

graficamente, uma predominância masculina ao envolver o morfema que representa o feminino.

Já o –X é uma letra que possui representação fonética (com o x sendo uma chiante, como em xarope, ou sendo um de ks, como em táxi). O paradigma é o mesmo das palavras que colocavam o @, tira-se a vogal final, ou acrescenta-se após a consoante final. Dessa forma temos: meninx, garotx, senhorx, professorx, todx, etc. Importante ressaltar que a marca de plural com o –s final continua tanto no @, quanto no x.

O –X é interessante porque, ao passo que simbolicamente era um rechaço a ideia de gênero em nível linguístico, essa marca pode operar numa memória discursiva dos estudos de genética. De acordo com as pesquisadoras De Mello, Assumpção & Hackel (2005), as características de um sujeito são determinadas pelos cromossomos xy para homens e xx para mulheres. Ainda nesse estudo, as pesquisadoras apontam as características cromossômicas para as questões genéticas dos intersexuais. A ideia da negação de gênero com a representação do X, onde geralmente marca-se o gênero morfológico em língua portuguesa, foi uma ação interessante, mas pelo mesmo motivo do @, não deu certo. Ainda na linha de esgarçar a interpretação e operando no simbólico, chama a atenção que a tentativa de atribuir o gênero neutro seja com o X que pode representar a negação, mas também pode trazer a memória da genética em que o único cromossomo, nesse caso o X, faz parte do material genético de homens, mulheres e intersexuais.

Outro mecanismo na tentativa de engendrar o neutro no PB foi o uso do –E. A partir daí, teríamos a representação fonológica, ao contrário do @ e do X, e conseguiríamos marcar morfológicamente. Assim temos: menino, garote, senhora, professore, tode, etc. Isso deixaria os problemas resolvidos se o PB não tivesse alguns nomes com o –E finalizando como: amante, estudante, presidente, cônjuge, etc. Os substantivos “amante”; “estudante” e “cônjuge” são comuns de dois gêneros, ou seja, funciona para homem e para mulher (o/a amante; o/a estudante; o/a cônjuge). Presidente possui uma correspondência no feminino “Presidenta”, no entanto é usual a forma de “a presidente”.

Esses vocábulos trazem um problema para a língua(gem) de gênero neutro, uma vez que ainda fica na binaridade de gênero, ou privilegia-se o masculino, como em presidente. Importante pensar que em nível sintagmático as três formas (@, X e E) oferecem problemas como: @s, menin@s; Xs garotxs; Es todes (?). O -@ e o -X apresentam questões

da fonologia e da morfologia, o –E apresenta questão morfossintática, uma vez que o artigo “E” não existe como determinante em PB e poderia ser confundido pelo conectivo “e”.

Parece que dentro do sistema linguístico do PB, as três opções são impossíveis, uma vez que a língua tem uma sistematicidade que foge à regra da gramática tradicional, mas não foge da sua historicidade (ORLANDI, 1999).

3. Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa

O *Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa* foi elaborado por Gioni Caê em 2020⁴. A partir do –E, que não deu certo, há um movimento, principalmente dentro da internet, que pensou em toda a sistemática de uma língua(gem) inclusiva e que não exclua pessoas que usam programas de leitura digital.

Pensemos na lista de palavras retiradas do manual:

- a) Filho, Filha, Filhe
- b) Cego, Cega, Cegue
- c) Capitão, Capitã, Capitane
- d) Trabalhadores, Trabalhadoras, Trabalhadories
- e) Cujo, Cuja, Cuje
- f) Professor, Professora, Professore
- g) Professores, Professoras, Professories
- h) Nu, Nua, Nue
- i) Plebeu, Plebeia, Plebeie
- j) Japonês, Japonesa, Japonese (ou Japonesu)
- k) O, A, Ê (ou Le) (artigos)

Há um número grande de palavras. Podemos perceber que o –E, que era um problema no primeiro momento, vira uma solução para a maior parte das flexões em neutro. O manual parece dar conta, pelo menos na língua enquanto sistema, para o nível sintagmático. Dessa forma, poderíamos ter :a menina, o menino, e *ê menine*, ou *le menine*.

Ainda na esteira das reflexões, podemos pensar o quadro pronominal a seguir retirado do manual:

Tabela com os pronomes em todos os sistemas

Pronomes	Sistema Elu	Sistema Ile	Sistema Ilu	Sistema El
Ela/Ele	Elu	Ile	Ilu	El
Elas/Eles	Elus	Iles	Ilus	Els
Dela/Dele	Delu	Dile	Dilu	Del
Delas/es	Delus	Diles	Dilus	Dels
Nela/e	Nelu	Nile	Nilu	Nel
Nelas/es	Nelus	Niles	Nilus	Nels
Aquela/e	Aquelu	Aquile	Aquilu	Aquel
Aquelas/es	Aquelus	Aquiles	Aquilus	Aquels

Imagem 1: Tabela com a reestruturação do quadro pronominal do PB sugerida pelo Manual para uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa.

De acordo com a tabela acima, os sistemas *Elu*, *Ile*, *Ilu* e *El* são os sistemas pronominais que servem para o gênero neutro. Parece que o sistema *El* é o único que demonstra problemas, uma vez que o PB preza pelas vogais e terminar em consoante parece inadequado e pouco funcional para um sistema criado que visa os falantes do português do Brasil.

Outro fator que merece destaque são os dois sistemas, o *Elu* e o *Ilu*, cuja característica morfológica é em –U e que entra em confronto com a representação de algumas palavras do PB as quais possuem essa pronúncia no masculino. É o caso de garotU, meninU, palavras que são escritas com a letra –O, mas que em alguns lugares e para algumas pessoas a pronúncia é em –u. Com a implementação desse sistema não seria uma possibilidade de interpretação que, ao longo da implementação, esses sistemas fossem usados para o gênero masculino?

Uma vez que a língua segue seu fluxo, por ser um organismo vivo e estar atravessado de historicidade, não poderia ir embaralhando esses sistemas? Até que ponto os sujeitos possuem controle e direção sobre a sistematicidade da língua e decidem sobre ela?

4. A língua(gem) e a historicidade

A língua enquanto um sistema fechado e abstrato possui regras próprias. Não só a língua portuguesa brasileira, mas todas as línguas ao redor do mundo. O latim, língua que deu origem à língua portuguesa, era uma língua com o gênero neutro. Há todo um processo histórico que

acontece tanto em língua portuguesa, quanto em língua espanhola que o gênero neutro não passa para elas. Provavelmente por não ter sido uma demanda, ou por uma questão de conformidade na língua.

Com a colonização do Brasil, logo, com o contato da Língua Portuguesa, das Línguas Indígenas e das Línguas Africanas, não surgiu o gênero neutro, embora os traços das línguas silenciadas signifiquem na língua do colonizador em níveis: fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e lexicais. No encontro dessas línguas e das línguas de imigrantes (poloneses, alemães, japoneses, chineses, etc.) temos hoje o português, que muitos linguistas chamam de português brasileiro ou só brasileiro. Mas ainda sem o gênero neutro.

Indo na esteira de reflexão da filósofa Luce Irigaray, Butler coloca:

Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o irrepresentável. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. (BUTLER, [1990] 2015, p. 31).

Quando Butler reflete sobre essa linguagem masculinista, pensa-se que o masculino é tido como o universal. Pode deslocar essa colocação para o PB, pensando como ao falar-se genericamente preza-se pelo gênero masculino, pois é este o universal. Com a militância feminista, logo uma posição-sujeito feminista que luta pelos direitos das mulheres, a reivindicação pela representação linguística dos dois gêneros: todos e todas; aquelas e aqueles; trabalhadora e trabalhador, etc. Paráfrases sintáticas são elaboradas para tentar dar conta da representação dos dois gêneros, ainda que esse movimento seja uma forma de segmentar, mais do que de horizontalizar os processos de denominação. Orlandi coloca uma reflexão importante sobre isso, quando pontua:

Pois, se não é a ciência biológica, ou o binarismo social (homem-mulher), que nos determina, no funcionamento da ideologia, não é nossa vontade pessoal tampouco que inscreve/define nossos processos de identificação, nem apenas o modo como somos individuados. (ORLANDI, 2017, p. 211).

A autora aponta que o problema não está na representação da língua(gem) e que essa “vontade pessoal” pode operar no político, na militância, mas não faz o preconceito e a falta de representação na sociedade sumirem. A impossibilidade da relação termo a termo entre linguagem/pensamento/mundo mostra que a língua é falha, possui equívocos, mas em termos políticos a posição na práxis social pode ser na tentativa de romper com o sistema da língua.

E o neutro? O que há de possível para se fazer linguisticamente para que fuçamos da binaridade, ou melhor, para que contemplemos pessoas que não se veem representadas através da língua? Segundo Orlandi: “A subjetividade pode interessar, discursivamente, pelo fato de que ela permite compreender como a língua acontece no homem.” (ORLANDI, 1999, p. 17) dessa forma, a professora coloca um ponto interessante desses sujeitos que constituem o movimento LGBTQIA+ e não se veem representados na língua. Essas tentativas desses sujeitos para romper com um paradigma linguístico que não dá conta de representá-los é de extrema importância. Um ato político, sem dúvidas. Deve ser muito doloroso ser marginalizado de seus direitos e da sociedade e ainda não ter uma estrutura linguística que dê conta de representar o que se é, como se denomina.

Por outro lado, Moura aponta que o movimento LGBTQIA+⁵ tem uma forma de significar entre os seus por uma linguagem que é atravessada por línguas africanas, línguas indígenas, construções sintáticas que uma parcela grande da população que fala português não entenderia. O autor ainda discute que nem todas as pessoas que fazem parte desse grupo entenderiam esse modo de significar, uma vez que não é apenas ser, precisa-se estar inserido nessas práticas linguageiras e estabelecer uma relação de identificação, nos termos de Pêcheux ([1975] 2009).

Na esteira da reflexão de Orlandi, estamos colocando que o sistema de língua formal não nos pega, mas sim pelo jogo da língua na história, pelos sentidos. Dessa maneira, os sujeitos que lutam pela inserção do neutro no PB sabem dos entraves linguísticos, mas fazem esses gestos para ressignificarem na/pela língua. Desta forma:

O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela

injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-históricamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia. (ORLANDI, 1999, p. 21).

É a luta, a resistência e a vontade de (se) significar que move o sujeito que reivindica a linguagem neutra.

Moura (2018b) aponta que houve um movimento grande entre o movimento LGBTQIA+ para haver a mudança do sufixo –ismo para o sufixo –idade quando se referisse às práticas homossexuais. Dessa maneira, *homossexualismo* não cabia mais para esses sujeitos, uma vez que esse sufixo estava atravessado por uma memória que associava a prática de ser homossexual a uma doença. Eles encontraram na língua (ou seja, dentro desse sistema fechado e abstrato) um outro sufixo, que significaria da mesma maneira, mas sem estar contaminado com a ideia de que a prática de ser homossexual é doença. A palavra *homossexualidade* ganhou um peso e é muito utilizada – ainda que sofra resistência de pessoas/grupos que não respeitam e continuam a falar homossexualismo.

O estudo de Moura (2018b) é um bom exemplo da historicidade que atravessa a língua. Dois sufixos, dentro de um sistema linguístico, que retratam quase os mesmos sentidos, mas quando adjungidos à palavra ganham uma outra dimensão. Embora o estudo não aponte, podemos pensar em palavras como Transexualismo, por exemplo, que ganham uma dimensão, atualmente, com Transexualidade pois vão na esteira da reivindicação de pessoas trans não quererem ser associadas à doença mental. E outras palavras, como lesbianismo, as quais não ganham um novo sufixo, porque não estão postas no percurso da história como um significante que representa doença.

Nessa relação entre sujeitos e língua, podemos perceber (e não desmerecer, embarreirar, etc) a reivindicação pela língua(gem) neutra. Como coloca Pêcheux:

Ao opor *base linguística e processos discursivos*, inicialmente estamos pretendendo destacar que (...) todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estrutura fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa*

que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística.

É, pois, *sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos*, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria “acidentalmente” os sistemas lingüísticos. (PÊCHEUX, 2009, p. 81-82. Grifos do autor).

Ao tocante à militância pela língua(gem) neutra, é necessário se pensar que o gesto desses sujeitos é importante e demonstra resistência, mas há uma historicidade da língua (ORLANDI, 1999) que falta no percurso da língua(gem) neutra. Uma coisa é a base linguística, o sistema linguístico, a outra são os processos discursivos. Essa não submissão à língua é uma resistência, é uma tentativa de romper com as leis internas “que se desenvolvem os processos discursivos”, mas enquanto discurso, precisa de um percurso e ganhar mais sujeitos aliados para ganhar robustez e história. É a historicidade significando a língua para os sujeitos, de acordo com Orlandi:

O político, o social, o histórico e o ideológico se articulam na produção da vida e de como colocamos nomes nas coisas. A língua, por seu lado, se impõe em sua ordem, em seu real. (ORLANDI, 2017, p. 207).

Desta forma, o político que os sujeitos fazem é importante, a práxis social é permanente dentro de uma sociedade que os oprime, mas é importante pensar além, pensar que os sentidos e o inimigo estão além.

5. Conclusão

Em alguns estudos, como o de Schwindt (2020), pode-se perceber como a relação (na categoria nominal) entre nome e os sufixos de gênero como -o, -a, -e, junto com a ideia de que o PB tem uma taxa maior de palavras masculinas terminadas em -o não procede.

Paralelo a essa reflexão, é interessante apontar nos estudos de Eribon ([1999] 2008) sobre as questões de gays (homens) e de Moura (2018) sobre a comunidade LGBTQIA+, como esse grupo se resignificava

pela língua(gem) feminina. Não é difícil encontrar homens gays se chamando no feminino, mesmo tendo uma postura cisnormativa, ou seja, sem apresentar traços de feminilidade na vestimenta, ou no comportamento.

No entanto, o que uma parcela do movimento LGBTQIA+ reivindica é essa não binaridade, uma possibilidade do gênero neutro. Entretanto, esse gênero não está dentro da sistemática da língua portuguesa brasileira. Dessa forma, esses sujeitos tentam romper as fronteiras que a língua impõe. Não podemos ter a ilusão, que mesmo nessa resistência de implementar o gênero neutro, eles não sejam assujeitados à língua. Os sujeitos estão atravessados pela língua, mas tentam abrir fissuras nesse sistema do PB.

É isso que coloca Orlandi em “Ser diferente é ser diferente”, não pensando sobre a língua(gem) neutra, mas sobre as questões das minorias na sociedade capitalista:

Pensando esta materialidade do sujeito, o corpo é o corpo vivido pelo sujeito: “tomada de posse do mundo e o esboço de seus projetos”. Portanto, além da existência/práxis, trazemos, para a reflexão, a linguagem e a ideologia, ao pensar a constituição do sujeito na relação com o mundo, a sociedade, a história. E podemos dizer que este sujeito, a pessoa com deficiência, se significa, tomando posse do mundo/simbolizando-se no corpo a corpo com a materialidade da formação social. (ORLANDI, 2014, p. 36-37).

Ao pensar a constituição do sujeito com o mundo, entendemos a resistência dos sujeitos que lutam para a implementação da língua(gem) neutra. Esses sujeitos sugerem possibilidades, é o caso do -@, do -X, do -E e do Manual com novos quadros pronominais e novos sufixos de flexão para o gênero neutro. Esses gestos são eles significando/simbolizando/resistindo no “corpo a corpo com a materialidade da formação social”. Mas, ainda de acordo com Orlandi (2017) o discurso militante pode trazer discussão, alertar, mostrar gestos de resistência, mas não é suficiente.

A língua, enquanto sistema, precisa de uma historicidade, como Orlandi coloca “É porque é histórico (não natural) é que muda e é

porque é histórico que se mantém.” (ORLANDI, 1999, p. 22). Pode ser que a resistência do movimento LGBTQIA+ rompa com o sistema, mas para significar para todos são anos de percurso da língua(gem). Até lá, é importante que esse grupo resista e tensione, só assim, parece que consigamos chegar a um outro sistema e mostrar que: “não é em “x” que está a ideologia é no mecanismo (imaginário) de produzir “x”, sendo “x” um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história” (ORLANDI, 1999, p.23). Os sujeitos possuem a ilusão de estarem lutando pela língua, mas na verdade estão lutando pela vida pelo possível e pelo impossível (ORLANDI, 2017).

Pode ser que o português Brasileiro mude de nome e vire uma outra língua. Até lá, é importante que sujeitos aliados à luta não-binária e as Instituições reconheçam esse movimento para que o Brasil não fique à margem, ao contrário de países como Argentina, E.U.A, Holanda, Austrália em que essa questão é posta para os cidadãos e ganha o respaldo das Instituições, só assim o neutro deixará de ser uma resistência e ganhará corpo na história. Mas também é importante pensar que a língua(gem) é só um ponto, que para mudarmos e ressignificarmos, precisamos ir além.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, SP. Ed. UNICAMP. 3ª ed. [1992] 2014
- AUTHIER-REVUZ, J. ([1984]1990) **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. In: Cadernos de estudos lingüísticos, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.
- BORBA, R. “A linguagem importa? sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais.” In: **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 43, p. 441-474. 2014.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ. 9ª edição. [1990] 2015
- CAÊ, G. **Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa**. 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/16BQ59w4ePbUqMAzrFwUiCsz3r9zJw9XL/view>> Consultado em 25/07/2020

- CÂMARA JÚNIOR, M. **Estrutura da língua Portuguesa**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 40ª edição. 2007.
- CARVALHO, D.; BRITO, D. FARIAS, J. G. “Individação, aspecto nominal e a função de gênero nas línguas naturais.” In: CARVALHO, D. & BRITO, D. **Gênero e Língua(gem): Formas e Uso**. Salvador-BA. EDUFBA. 2020.
- DE MELLO, M. P.; ASSUMPCÃO, J. G. ; HACKEL, C. “Genes Envolvidos na Determinação e Diferenciação do Sexo.” In: **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 49, n.1, p. 14-25, 2005.
- ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Companhia de Freud. 1999] 2008.
- LIMA, P. E. “Estratégias discursivas como elemento performativo de gênero e sexualidade.” In: CARVALHO, D. & BRITO, D. **Gênero e Língua(gem): Formas e Uso**. Salvador-BA. EDUFBA. 2020.
- MOURA, J. R. F. **Da sombra às cores: Análise discursiva do dicionário LGBTs Aurélia**. Tese (Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.
- MOURA, J. R. F. (2018b). “Da Morfologia ao Discurso: o caso do sufixo –ismo para denominar práticas homossexuais.” In: **Revista Ribanceira**, v.01, n 15. p. 99-111. 2018b.
- MOURA, J. R. F. & SOUZA, T.C.C. Memória e processos Lexicais em Mídia Popular. In: **V Simpósio Mundial de estudos da Língua Portuguesa**, 2015, Lecce. De volta ao futuro da língua portuguesa. Lecce: Scietifica Elettronica. v. I. p. 537-550. 2017
- ORLANDI, E. P. (1996) **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1996.
- ORLANDI, E. P. Do Sujeito na História e no Simbólico. IN: **Escritos-Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**. Número 4, 1999.
- ORLANDI, E. P. (2014) Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias?. In: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. (Org.). **Linguagem, Sociedade, Políticas**. 1ed. Campinas: RG v. 1, 2014. p. 29-38.
- ORLANDI, E. P. A Ordem da Língua e a Dêixis discursiva (uma crítica ao linguisticamente correto). IN: **Eu, Tu, Ele: Discurso e Real da História**. Ed. Pontes. Campinas, SP. 2ª Ed. 2017

ORLANDI, E. P. & SOUZA T.C.C. “A Língua Imaginária e a Língua Fluida: Dois métodos de trabalho com a linguagem.” IN: **Política Linguística na América Latina**. Campinas, SP. 1988

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP. Ed: Unicamp. 4ª edição. [1975] 2009

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas, SP. Ed: Pontes. 6ª edição. [1983] 2012

SCHWINDT, L. C. “Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português brasileiro.” In: CARVALHO, D. & BRITO, D. **Gênero e Língua(gem): Formas e Uso**. Salvador-BA. EDUFBA. 2020

ZOPPI-FONTANA, M. “Uma Língua de Estado não sexista: descolonizando a língua oficial da dominação sexual.” In: **V Simpósio Mundial de estudos da Língua Portuguesa**, 2015, Lecce. De volta ao futuro da língua portuguesa. Lecce: Scietifica Elettronica. v. I. p. 505-522, 2017.

Notas

* Doutor em Linguística pela UFRJ. Professor-pesquisador de Língua Portuguesa da Escola de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-EPSJV).

¹Dentro da militância dos transgêneros, há muito uma resistência a essa taxonomia de gênero com critérios rígidos e até a divisão em si. No entanto, para uma maior compreensão dos leitores, busco aqui uma explicação para aqueles e aquelas que não entendem sobre a questão.

² Cisnormatividade equivale a heterossexualidade compulsória. Nos termos de Butler ([1990] 2015), a heterossexualidade compulsória é quando a sociedade preza, por exemplo, que um menino se interesse por uma menina e além disso tenha um comportamento, com vestimentas, traços tidos socialmente como de homem. A cisnormatividade é a sociedade prevendo que um menino deve gostar de calças e azul; e a menina goste de saia e rosa. É claro que há um espectro sobre esses termos, mas iremos reduzir a explicação a esses contextos.

³<<https://observador.pt/2017/07/25/quando-nasceu-a-nao-nao-foi-com-a-internet/>> consultado em 30/07/2020.

⁴ O link para manual está aqui referenciado <<https://drive.google.com/file/d/16BQ59w4ePbUqMAzrFwUiCs3r9zJw9XL/view>> e é bem diferente de outros manuais, que também estão na internet, mas prezam por um uso não sexista da língua. Mónica Zoppi-Fontana analisa um, estudo aqui referenciado (2017).

⁵ No trabalho, Moura coloca como movimento LGBTs, apenas uma questão de nomenclatura, o termo refere-se ao mesmo grupo.